

Universidades Lusíada

Figueiredo, Jheninffer Priscila Matos de
Braga, Cilene Sebastiana da Conceição

**O contexto pandémico ocasionado pela covid 19
e os desafios postos aos assistentes sociais que
atuam na região amazónica brasileira**

<http://hdl.handle.net/11067/8331>

<https://doi.org/10.34628/4DQ1-3D59>

Metadados

Data de Publicação	2025
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Assistentes sociais - Prática profissional - Brasil - Amazônia, Pandemia da COVID-19, 2020-2023 - Aspectos sociais - Brasil - Amazônia
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 65 (2025)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T02:34:27Z com
informação proveniente do Repositório

O CONTEXTO PANDÊMICO OCASIONADO PELA COVID 19 E OS DESAFIOS POSTOS AOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE ATUAM NA REGIÃO AMAZONICA BRASILEIRA

THE PANDEMIC CONTEXT CAUSED BY COVID 19 AND THE CHALLENGES FACED BY SOCIAL WORKERS WORKING IN THE BRAZILIAN AMAZON REGION

Jheninffer Priscila Matos de Figueiredo

*Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará
Especialista em Atenção Básica, Mestra pelo Programa de Pós-Graduação de Serviço
Social da Universidade Federal do Pará
ORCID: 0000-0002-2311-4057*

Cilene Sebastiana da Conceição Braga

*Assistente Social, Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília
Pós-doutora em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa
Professora Permanente da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal do Pará
ORCID: 0000-0002-2342-2818*

DOI: <https://doi.org/10.34628/4DQ1-3D59>

Data de submissão / Submission date: 01.06.2025

Data de aprovação / Acceptance date: 23.09.2025

Resumo: O presente artigo objetiva analisar as requisições institucionais postas às (aos) assistentes sociais que trabalharam na Política de Assistência Social e de Saúde durante o período de 2020 a 2021. Possui natureza documental, por estar vinculada a uma pesquisa intitulada “Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício profissional do Assistente Social do Pará/Amazônia legal” desenvolvido pela Universidade Federal do Pará-Brasil. A partir das análises dos dados constatamos que o contexto pandêmico ocasionado pela COVID-19 trouxe mudanças e desafios para o trabalho profissional, colocar em debate o papel fundamental da (do) assistente social em casos de calamidade pública e (os) profissionais indicaram que sempre têm que demarcar o campo de atuação profissional tanto para gestores quanto para as demais categorias profissionais.

Palavras-chave: Serviço Social; Pandemia; Trabalho Profissional; Requisição Profissional; Atribuições e Competências Profissionais.

Abstract: This article aims to analyze the institutional requests made to social workers who worked in the Social Assistance and Health Policy during the period from 2020 to 2021. It has a documentary nature, as it is linked to a research entitled “Social Projects in dispute in times of pandemic and the professional practice of Social Workers in Pará/legal Amazon”. From data analysis, we found that the pandemic context caused by COVID-19 brought changes and challenges to professional work, and mainly put into debate the fundamental role of social workers in cases of public calamity. The professionals indicated that they always have to demarcate the field of professional activity for both managers and other professional categories, considering that the Institutions requested them to carry out activities that went beyond the core of professional du-

ties and skills and reiterate practices that have already been surpassed.

Keywords: Social Service; Pandemic; Professional Work; Professional Request; Professional Duties and Skills.

Introdução

O artigo objetiva analisar as requisições institucionais postas as (os) assistentes sociais que trabalharam na Política de Assistência Social e de Saúde durante o período de 2020 a 2021, momento em que o mundo viveu a pandemia da covid.

Diante da disseminação de um novo coronavírus que se alastrou nos continentes da Ásia e Europa, em 30 de janeiro de 2020 a OMS declara que o surto ocasionado pelo novo coronavírus se constitui como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o qual é o nível mais alto de alerta da organização em questão, necessário então o aprimoramento de coordenação, cooperação e solidariedade global com intuito de conter a sua disseminação (OPAS/OMS, s.d).

No entanto, não foi o suficiente para conter a alta infecção nos demais países do globo, então em 11 de março a COVID-19 foi classificada como uma pandemia, necessitando assim de medidas de restrição e circulação de pessoas, como também proteção e higienização individual. O número de casos não ocasionou somente sérios problemas no sistema de saúde, mas também social, econômico, político e culturais, tendo em vista que a pandemia impactou, e ainda impacta, todos os âmbitos da vida social, principalmente da classe trabalhadora que vem sofrendo constantes ataques de governos ultraneoliberais, estes que vem angariando espaços de poder mundial com o constante recrudescimento no acesso às condições básicas de sobrevivência, o qual se aprofunda na pandemia (Nakatani, 2021).

Nesse contexto de calamidade pública, assistentes sociais, em cumprimento ao princípio ético de atuar em situações extremas, trabalharam nas diferentes políticas no combate ao novo coronavírus, atendendo e viabilizando as necessidades da população usuá-

ria. Matos (2020) assinala que o Serviço Social contribuiu muito nesse contexto em questão, tendo em vista que assistentes sociais trabalham diretamente com as (os) usuárias (os) decorrentes das lacunas do sistema de proteção social e as demandas já não são tão desconhecidas, mas estas se aprofundaram.

No entanto, após realização de uma a revisão da literatura sobre o tema foi possível observar que as produções apontam diversos desafios, um dos maiores envolve as requisições postas aos profissionais que convergiam, em muitos casos, com as atribuições e competências profissionais que não estavam sendo reconhecidas e cumpridas nos espaços de trabalho, fazendo com que as (os) assistentes sociais tivessem que reforçar sua função social e garantir sua autonomia relativa para a realização dos seus trabalhos, levando assim o conjunto CFESS/CRESS a instituir orientações normativas para indicar o trabalho a ser realizado por estes (as) profissionais nesse contexto atípico

Metodologia

Esta tem o objetivo de identificar e analisar as relações de trabalho profissional dos assistentes sociais que atuaram nas políticas sociais no Estado do Pará em tempos de pandemia/COVID-19 no período de 2020 a 2021. A referida pesquisa também emerge a partir da solicitação do CRESS 1º Região, a fim de mapear as principais demandas e as condições éticas e técnicas do exercício profissional neste cenário de pandemia, como também de subsidiar suas ações em favor da categoria profissional.

Neste sentido, definiu-se como instrumento para coleta de dados a utilização de questionário online na plataforma Google Forms, a qual permite coletar informações na modalidade online e gratuitamente, considerando que o contexto pandêmico não permitia realizar na modalidade presencial sem a garantia de biossegurança para as (os) participantes e pesquisadores. Assim, elaborou-se, coletivamente, sessenta e seis (66) perguntas de modo a responder aos objetivos em que se propunha a investigar. Após os ajustes foi realizada a divulgação nas redes sociais e site oficial do CRESS 1ª

Região, bem como pelos meios eletrônicos como correios eletrônicos e aplicativos de mensagens instantâneas.

O questionário ficou disponível durante o período de setembro de 2020 a julho de 2021 nas plataformas digitais supracitadas, houve a participação de trezentos e treze (313) respondentes, mas ao fazer a primeira sistematização dos dados coletados foi identificado respostas de três (03) participantes que ainda estavam na condição de discentes de graduação, logo, foram descartadas. Assim, registrou-se trezentos e dez (310) respostas válidas conforme o público-alvo definido. Dessa forma, foram organizadas em quatro (04) grandes categorias de análise, a saber: perfil, formação e trabalho profissional e trabalho na pandemia, construiu assim um rico banco de banco a ser analisado e divulgado.

Resultados e contribuições

No primeiro momento apresentaremos o perfil profissional dos Assistentes Sociais foco da pesquisa e posteriormente as principais Requisições Institucionais em tempos de pandemia da COVID-19.

Do perfil das (os) assistentes sociais que atuam nos campos da Assistência Social e Saúde na Região Metropolitana de Belém. Para tal, utilizamos seis (06) indicadores¹, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 - Indicadores do Perfil Profissional

N.º	INDICADORES
02	Qual a sua idade?
03	Qual a sua identidade de gênero?
04	Qual sua orientação sexual?
05	Como você se autodeclara quanto a sua etnia/raça?
27	Qual é sua instituição de Formação Superior em Serviço Social?
26	Qual foi o ano de sua formatura?

¹ Nomeio de indicadores as perguntas contidas no questionário eletrônico da pesquisa vinculada.

A faixa etária predominante é entre 30 a 50 anos com 54%, seguido por participantes entre 20 e 30 com 23%, e as (os) que estão entre 50 e 60 anos com 21%, apontou um (uma) participante com mais de 60 anos, sendo esta última atuou na política de saúde durante a pandemia, mas que atualmente e está atualmente desempregada, ou seja, foi contratada emergencialmente para atuar durante a pandemia.

Acerca da identidade de gênero² do público pesquisado, constitui-se predominante feminino (85%) e 15% são do gênero masculino. Uma quantidade já esperada, não diferente do perfil nacional³, considerando que a profissão, desde suas protoformas, é hegemonicamente feminina, devido à natureza assistencial/gestão do cuidado do Serviço Social é ligada à “natureza feminina” definidas pela divisão sexual do trabalho, ou seja, um espaço destinado às atividades femininas.

Baracho (2021) corrobora também que o Estado do Pará tem uma expressiva presença de mulheres assistentes sociais que ocupam cargos de secretárias municipais de assistência social. No entanto, importa ressaltar que ainda há a cultura de inserir as esposas de governantes, sejam municipais, estaduais ou da união, na gestão de políticas sociais, principalmente da Assistência Social, a exemplo da Darcy Vargas na presidência da LBA, Ruth Cardoso na presidência do Programa Comunidade Solidária e, recentemente, Michele Bolsonaro Programa Criança Feliz. Segundo o IBGE (2013) a região norte tinha 450 primeiras-dama ocupando cargos de gestão da política de assistência social e no Pará tinha 144.

Acerca da orientação sexual⁴ é predominante heterossexual (92%), seguindo por homossexual (5%) e bissexual (3%). É um dado importante a se discutir, considerando que dependendo do gênero que a pessoa se relaciona, poderá sofrer com inúmeras violências dentro e fora dos espaços socio ocupacionais.

² Se refere como a pessoa se identifica enquanto gênero feminino ou masculino. Mas, há outras identidades que ultrapassam o sistema binário, tal como não binário, o qual não se identifica com nenhum gênero.

³ Segundo os dados divulgados pelo CFESS (2022), 92,92% assistentes sociais se identificam com o gênero feminino.

⁴ Trata-se da atração afetiva e sexual por pessoas que podem ser do mesmo gênero ou não.

A pauta do respeito da diversidade sexual é um princípio fundamental defendido pelo CEP, bem como a previsão de que a (o) assistente social em seu exercício não pode ser discriminado ou descriminar por inúmeras questões, nela inclusa a orientação sexual. Portanto, a categoria profissional tem dois princípios fundamentais que resgata o direito e o respeito a diversidade sexual.

Para além das pautas de lutas da categoria profissional, é necessário ressaltar que o Brasil houve 273 mortes e violências motivadas por LGBTfobia só no ano de 2022, onde 228 foram assassinatos, 30 são suicídios e 15 foram de outras causas, enquanto por seguimento, as travestis e mulheres trans foram as maiores vítimas (58,24%), seguindo por homens gays (36,16), mulheres lésbicas (2,93%) e outros gêneros (3,67%), conforme dados do dossiê organizado pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBT (2022).

Nesse sentido, se constitui uma escolha ética e política em fazer o apontamento destes dados, bem como de colocar em evidência na cena pública em todas as oportunidades, pois se sabe que ainda existe receio por muitos de colocar sua sexualidade em evidência, prova disto é que 32,05% do total de participantes da pesquisa vinculada não informaram sua orientação sexual. (Braga et al., 2023)

No que concerne a etnia/raça, também se configura uma escolha ética e política de colocar os dados deste indicador, considerando que a “as populações negra e indígena são as que mais aparecem em desvantagens socioeconômicas e de representação em espaços de poder e decisão” (CFESS, 2016, p. 07), bem como jovens negras (os) são as maiores vítimas de homicídios no país, nítida violação dos direitos humanos. (idem)

As (os) participantes em sua maioria se identificam como pardas (os) (56%), seguido por brancas (os) (24%), como pretas (os) (15%) e indígena (2%). Houve uma pessoa que se identificou como brasileira, a partir dessa declaração há de se pensar por duas perspectivas, a primeira é uma das expressões preconizadas pelo conservadorismo em que “todos somos iguais” e que não há racismo no Brasil, falas muito defendidas pelo governo anterior. A segunda é que talvez a (o) profissional não compreender os termos utilizados e o sentido da pergunta para a pesquisa.

Independente destas perspectivas, mostra-se mais um dado que comprova a relevância da discussão desta temática na categoria profissional, seja ela pela divulgação de pesquisa, como é neste caso, ou por formação permanente.

No que concerne a formação profissional, as (os) participantes em sua maioria foram formadas (os) na Universidade Federal do Pará (UFPA) (47%), importa salientar que esta é a única universidade pública que oferta o curso de serviço social no Estado do Pará, no campus de Belém, Breves e Abaetetuba. Registrou também uma participante egressa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1%).

Enquanto nas instituições privadas que oferecem na modalidade presencial 24% se formaram na Universidade da Amazônia (UNAMA), 1% pela Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), 2% na UNIFAMAZ. Nas que oferecem o ensino à distância e semipresencial, 14% são advindos da UNIP, 5% da UNOPAR, 2% da UNISA, 3% da UNIDERP/Anhanguera e 1% na UNIASSELVI.

Enquanto ao ano de formação, concentra-se no ano 2000 (90%) e 10% na década de 1980 a 1990. No que concerne as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social — ABEPSS de 1996, 18,18% foram formadas (os) com currículo anterior às diretrizes atuais e 81,82% já com formação em consonância com as Diretrizes Gerais da ABEPSS.

Portanto, a maioria das (os) participantes se formaram com um currículo que tem centralidade no trabalho, fundante do ser social, e a questão social como eixo condutor, sob a perspectiva da teoria social crítica marxiana.

Sabe-se que esta é atravessada pelo receituário neoliberal instaurado na década de 1990 no país, no que concerne ao serviço social houve avanços e retrocessos, em relação aos avanços se dá na movimentação na construção de novos projetos pedagógicos que se dá mediante debates e tensionamentos no tocante dos interesses que mercantilizam e limitam a educação.

No que tange aos retrocessos se dá a partir da expansão de instituições privadas que enxergam a educação como um mercado lucrativo, além de ser um espaço para a disseminação dos ideais

de sociedade, estas encontram na política neoliberal para se consolidarem sobre a ideia de expansão e democratização do acesso ao ensino superior.

Desta feita, são criados programas governamentais que fomenta este discurso, como, por exemplo, o Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI), onde estes têm como premissa de garantia do acesso em instituições não gratuitas. Nesta via, há crescimento exponencial de ensino à distância (EAD) que visam a formação em consonância com a lógica do mercado.

O Serviço Social é um dos cursos mais atingidos por essa modalidade de ensino, fragilizando assim o processo formativo que, consequentemente, irá incidir no trabalho profissional mediante práticas conservadoras. Segundo o CFESS (2022), 52,97% das (os) assistentes sociais se formaram em uma instituição privada com fins lucrativos, enquanto instituições públicas equivalem a 28,92%.

Destarte, neste tópico se concentrará na análise dos dados acerca das requisições institucionais postas as (os) assistentes sociais no período de julho de 2020 a agosto de 2021 e seus rebatimentos nas atribuições privativas e competências profissionais, a qual é o problema central desta pesquisa. A fim de responder ao objetivo específico intitulado “Identificar as requisições institucionais nos espaços socio ocupacionais da Assistência Social e Saúde na RMB”, fora utilizado dois (02) indicadores, a saber:

Tabela 2 - Requisições Institucionais em tempos de pandemia da COVID-19

N.º	INDICADORES
35	Em relação às competências e atribuições do Serviço Social no local de trabalho, como você compreende os impactos causados pela pandemia da covid-19?
63	Cite 03 requisições profissionais indevidas recebidas durante a pandemia, em relação às competências e atribuições do/da assistente Social:

A respeito do primeiro indicador, foram dadas 5 opções, podendo marcar mais de uma, a saber: Indefinição sobre competências e atribuições profissionais; Ausência de planejamento de ações; Fortalecimento da equipe; Afirmção das competências e atribuições profissionais; Sentimento de solidariedade em equipe e outros.

Destartes, 44% das (os) participantes informaram haver uma indefinição das competências e atribuições no espaço socio-ocupacional, logo, as (os) assistentes sociais tinham que demarcar o campo de atuação profissional, constantemente, tanto para gestores (as) das instituições quanto para os demais profissionais que atuam nesses espaços.

24% informaram que ocorreu ausência de planejamento de ações, 30% informaram que impactou na solidariedade entre as (os) demais profissionais, um participante informou que incidiu sobre as condições éticas e técnicas do trabalho.

Os dados apontam que a realidade onde as (os) profissionais estão inseridas (os) nas referidas políticas, que estas (es) precisam demarcar o campo de atuação da categoria nos espaços socio-ocupacionais em que estão inseridas (os), bem como reafirmar suas competências e atribuições privativas preconizadas nas normativas profissionais. Mas, cabe refletir também que as confusões e/ou desentendimentos em torno do trabalho profissional das (os) assistentes sociais estão atreladas ao trabalho precarizado, principalmente nesse contexto de pandemia, explicitado pela redução de recursos humanos e aumento das demandas, ocasionando uma sobrecarga de trabalho.

Diante disto, é necessário a discussão acerca dos espaços socio-ocupacionais, considerando que estes se caracterizam como ambientes de constante disputas de projetos, bem como o trabalho que lhe compete exercer, a vista de reafirmar o campo de atuação, pois, segundo Iamamoto (2020, p. 112) “[...] o desconhecimento da matéria-prima de seu trabalho contribui para que o profissional deixe de ser sujeito de suas ações e consciente dos efeitos que elas possam provocar nos processos sociais e das multiplas expressões da questão social”

Para tal é necessário apropriar-se da profissão e o que ela representa, como também do arcabouço teórico, ético e político do Serviço Social, caso contrário, a (o) profissional, como bem pontua

Trindade (2015), propõe a tornar-se um mero cumpridor de tarefas institucionais sem a capacidade propositiva.

Acerca da solidariedade entre as equipes de profissionais, Gomes, Sales e Mathis (2023) dissertam haver uma tendência de individualização dos processos de trabalho muito antes da pandemia, mas sendo fruto da reestruturação produtiva do capital, a qual ocorre a precarização do trabalho, onde se amplia as competições entre as (os) trabalhadoras (es) e menos laços de solidariedade entre si (Raichelis, 2011). Gomes, Sales e Mathis (2023) corroboram que este isolamento não se trata somente de contato entre os indivíduos, mas “[...] diz respeito à ausência ou fragilidade em sentir-se pertencente, na representatividade ou na vinculação orgânica a espaços político-coletivos.” (idem, p. 91)

No que concerne às requisições indevidas, foi pedido para que as (os) participantes citassem três que consideravam não ser competência e/ou atribuição profissional, 5% não responderam, 36% informaram que não houve alteração ou não identificaram. No entanto, 16% responderam que foram solicitados trabalhos administrativos, tais como serviços de portaria, controle de doações, triagem, guarda de objetos pessoais, entre outros.

16% relataram que foram solicitados para realizarem atividades de outras profissionais, como, por exemplo, informar boletim médico, fazer teste rápido, avaliação e diagnósticos de sintomas de COVID-19, aferição de saturação de oxigênio e temperatura, compras, entre outros.

6% foram solicitadas (os) para dar a comunicação de óbito, função essa que deve ser realizada pela equipe médica, 5% relataram exercerem seu trabalho sem ter segurança sanitária e serviços em que estava suspenso em decorrência do contexto viral, tal como realização de visitas domiciliares (3%).

Conclusão

Diante das respostas das (os) participantes, Matos (2021b) pontua que no cenário de pandemia, os gestores das instituições empregadoras ou até mesmo por outras categorias profissionais, a am-

pliação de requisições de atividades que distanciam das atribuições privativas e competências da (o) assistente social, a exemplo de comunicação de óbitos e leitura de prontuário e/ou boletins médicos, os quais a categoria não tem formação necessária para tal.

O PEP dá as respostas basilares para o trabalho profissional, considerando que o mesmo não se materializa somente às normativas profissionais, mas também direciona atuação em favor da justiça social, ampliação e consolidação da cidadania, em favor das (os) trabalhadoras (es) (Netto, 2009b). Bem como as produções teóricas da categoria profissional, o qual estão consolidadas no circuito científico, dão suporte para as reflexões e direcionamentos para o trabalho.

Iamamoto (2020) corrobora ainda que é nos limites das contradições existentes no cotidiano profissional, onde permeiam os interesses sociais antagônicos, que se materializa a autonomia, ainda que relativa, para execução de seu trabalho junto aos indivíduos e grupos sociais.

Para tal, Vasconcelos (2015) sinaliza serem necessárias mediações entre teoria e prática, constituindo assim em práticas mediadas pelo projeto profissional e é um longo processo que exige apropriação de conhecimento disponibilizado que propicie a apreensão do movimento histórico da realidade. Além disso, requer também um processo formativo qualificado conforme as diretrizes básicas da ABEPSS e não sob a lógica do mercado.

Referências

- Brasil. *Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social*. Brasília, 1993.
- CFESS. *Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2023.
- Iamamoto, Maria Villela. *Renovação e conservadora no Serviço Social: ensaios críticos*. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/

ABEPSS (Orgs.). *Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

_____. *Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 27ª Ed. São Paulo: Cortez, 2020.

Matos, Maurílio Castro de. (Des) informação nos serviços de saúde em tempos de pandemia da Covid-19: uma questão ética e uma requisição enviesada ao trabalho de assistentes sociais. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 48, p. 124 – 138, 2021a. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/60300/38410>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

_____. A pandemia da COVID-19 e o trabalho de assistentes sociais na saúde. In: *Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/06/ParaAlemDaQuarentena.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

_____. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, 2015, v. 00, n. 124.

Nakatani, Paulo. O capitalismo em crise: reforma ou revolução?. In: *Contrarreforma ou revolução: respostas ao capitalismo em crise*. Garcia, Maria Lúcia Teixeira & Franciani, Bernardes. São Paulo: Cortez Editora, 2020